

cultura, a nossa economia e a nossa história, dentro de um sentimento nativista que explodiu até mesmo nos períodos coloniais, com os primeiros escritores e poetas.

Entretanto, se há, positivamente, uma consciência municipalista, com raízes na história e na economia, é preciso convir que não existe uma organização municipal adequada, apesar da importância que, para esse fim, representam a lei de 1 de outubro de 1828 e o Ato Adicional, Lei n.º 16, de 12 de agosto de 1834, que alterou a Constituição do Império, nos termos da lei de 12 de outubro de 1832.

As entidades de nível superior, como que esquecidas de que a sua existência se deve aos Municípios, sempre tentaram asfixiar essa consciência municipalista, ao invés de estimá-la cada vez mais, sendo que uma das causas dessa asfixia consiste no caráter eminentemente centralista de todos os nossos diplomas políticos, no que diz respeito à política tributária.

Ainda agora, com a suspensão de certos dispositivos constitucionais, a administração municipal do Brasil se tem regido por uma lei orgânica de dispositivos centralizadores, o Decreto-lei n.º 1.202, de 8-4-939, alterado pelo Decreto-lei n.º 5.511, de 21-5-43. Ai, além da centralização tributária, há também a centralização administrativa, sob a superintendência de um órgão que tem representado o papel de guarda-civil em matéria de policiamento das áreas legislativas.

O momento, porém, com a elaboração do novo diploma político, é excepcional para se corrigirem os erros do passado e se estabelecer a organização municipal em bases mais racionais, de modo que o grau de autonomia,

a ser assegurado aos municípios, não constitua uma expressão sem conteúdo prático. O problema da autonomia é antes de tudo um problema tributário. Se os Municípios não possuem meios financeiros adequados jamais poderão exercer plenamente a posse de sua própria competência.

Faz-se mister uma reforma de base. E, para essa reforma, que depende do bom senso, do entusiasmo e do devotamento da Assembléia Constituinte, já contribuem o eminente mestre, Prof. Rafael Xavier, os membros da Comissão Nacional Organizadora da Associação Brasileira de Municípios, o Círculo de Estudos Municipais e outros órgãos e pessoas votados a tão importante pesquisa.

Quando se diz que os municípios arrecadam apenas 11,75%, enquanto a União e os Estados-membros arrecadam, respectivamente, 48,39% e 39,86%; quando se diz também que do total da arrecadação dos municípios 42,4% provém das capitais, excluído o Distrito Federal; ou quando ainda se diz que os municípios não possuem capacidade de auto-governo, e que não podemos ter uma democracia tão avançada quanto a dos Estados Unidos, da Inglaterra ou da Rússia, isto não quer dizer que não possuímos municípios, pois o que não possuímos, realmente, é organização municipal, ou melhor, organização nacional, baseada numa mais justa distribuição de rendas."

*

* *

No próximo número desta Revista publicaremos na íntegra a Conferência do Prof. Rafael Xavier, diretor técnico do Serviço Nacional do Recenseamento.

Discurso proferido pelo novo Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Nomeado para o cargo de Diretor do I. N. E. P., o Dr. Murilo Braga, ex-diretor da Divisão de Seleção deste Departamento, no ato da posse, pronunciou o seguinte discurso:

"Assumo a direção do Instituto Nacional de Estudos pedagógicos duplamente desvanecido. Primeiro, por con-

fiar-me o Sr. Ministro Souza Campos o privilégio de tentar substituir, embora temporariamente, o meu mestre Lourenço Filho na chefia do órgão que ele criou, desenvolveu e dignificou com a sua cultura, inteligência e probidade científica.

A escolha, que poderia ter recaído em nomes ilustres da pedagogia nacional, manifesta, de modo inequívoco, o

desejo de Sua Excelência em reconhecer o valor da obra que o Instituto tem realizado neste Ministério. Mais ainda: indica ao sucessor ser imperiosa a continuidade da obra de pesquisa e orientação técnica que o I.N.E.P. vem desenvolvendo há vários anos. E, nesse particular, podem estar certos de que, como discípulo do velho educador, tudo faremos para que a atual administração da educação nacional receba a colaboração ativa e operante do organizador do Instituto. As suas sugestões e conselhos, a sua extraordinária experiência e cultura, o acervo de dados que reuniu, tudo isto, aliviará, certamente, a tarefa que nos foi confiada pe'o Senhor Ministro.

O convite para a direção do I.N.E.P. desvaneceu-me, ainda, em face das declarações do Senhor Ministro de reservar ao Instituto um largo programa para o desenvolvimento do ensino primário. E as primeiras recomendações de Sua Exce'ência foram no sentido de voltar-se o Instituto para realizar uma parte do programa educacional que o Senhor Presidente Dutra traçou no discurso da Bahia. Aliás, o Senhor Ministro já assumiu o compromisso público de conferir ao desenvolvimento do Ensino Primário as suas melhores atenções todos os seus esforços, por reconhecer que na deficiência dêsse ramo do ensino reside uma das nossas grandes fraquezas.

O Instituto, para cumprir as determinações do Governo não medirá esforços, não se entibiará ante à magnitude do problema.

Há tempos falou-se em implantação do "Sistema do mérito" no Brasil. A descrença geral que o público votara ao antigo regime de concursos e a trágica história da seleção eram os baluartes que intimidavam os administradores. A coragem e a decisão de Luís Simões Lopes permitiram que se formasse uma equipe de idealistas para a regeneração dos concursos. Durante quase sete anos tivemos outra oportunidade igual à que nos é oferecida neste instante, a de dirigir o movimento de seleção. E com a extraordinária ajuda de uma equipe de funcionários, muito dos quais aqui presentes, paraninfando esta cerimônia, procurou-se realizar o que a muitos parecia impossível.

Pois bem: ao receber o convite do Senhor Ministro e ao conhecer as linhas gerais do programa que reservava ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, acudiram-me ao pensamento aquêles tempos idos em que vivi cercado de uma equipe corajosa e decidida e à qual estarei eternamente jungido pelo coração; relembrei aquêles anos que me trouxeram às t'emporas os sinais das lutas; e tudo isso aliuu o meu firme propósito de furtar-me sempre aos cargos de direção.

Aqui estcu, Senhor Ministro, para procurar realizar o que determinar o Governo; continuar a obra de Lourenço Filho; colaborar, sem reservas, com a administração de V. Excia.; trabalhar pela educação nacional; servir ao Brasil".

Novos Diretores do D. A. S. P.

Em 31 de março último, o Presidente da República recompôs o quadro de diretores do Departamento Administrativo do Serviço Público, nomeando em caráter definitivo os respectivos diretores.

Foi nomeado Diretor Geral o Dr. Abílio Mindêlo Balthar que, aliás, desde novembro último exercia interinamente aquêl alto cargo, em consequência da exoneração, a pedido, do Dr. Moacyr Briggs.

Os traços biofuncionais do Dr. Abílio Mindêlo Balthar retratam o perfil de um trabalhador sem tréguas, sempre votado à causa pública. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, o atual Diretor Geral do D.A.S.P., desde 1915, dedica-se às lides administrativas do país, tendo ingressado no serviço civil como guarda-aduaneiro da Alfândega de Recife. Naquele mesmo ano foi nomeado 4.º escriturário da Pagadoria do Distrito Federal, sendo em 1943 nomeado oficial-maior do Tesouro Nacional. O incansável paraibano exercia êste alto cargo na Diretoria das Rendas Internas, quando em começos de novembro próximo, foi nomeado

diretor da Divisão de Orçamento e Organização e Diretor Geral do D.A.S.P., interino.

No exercício interino do cargo em que ora foi investido em caráter efetivo, tem o Dr. Balthar prestado assinalados serviços à causa pública, e tudo faz crer que, com a nomeação em caráter permanente, serão aumentadas as profícuas atividades dêste grande funcionário do Brasil.

Para a Divisão de Orçamento e Organização foi nomeado um dos valores mais expressivos do funcionalismo brasileiro, o Sr. Manoel Leite Lôbo, cuja vida pública chega a 39 anos de serviço efetivo e de ascensão constante. Iniciado nas lides administrativas em 1907, como praticante de 2.ª classe dos Correios e Telégrafos, o atual diretor de divisão do D.A.S.P., mercê de suas altas qualidades pessoais, chegou a oficial do Tesouro Nacional e, mais tarde, a contador seccional do Ministério da Fazenda. Como escreveu a respeito um de nossos matutinos, "durante tôda a sua carreira